

"EVOLUÇÃO E PERSPECTIVAS DA MIGRAÇÃO INTERNA
NO BRASIL"

por

George Martine*

(Resumo da Conferência pronunciada na abertura do Seminário sobre
Transmissão e Controle de Doenças Tropicais no Processo de Migra-
ção Humana, 2 de junho de 1981)

* Coordenador
Projeto de Planejamento e Política Social
OIT/CNRH/SEPLAN

A questão migratória no Brasil constitui tema predileto de especulação, tanto entre cientistas sociais e planejadores como para a opinião pública. Na realidade, pareceria que todos se interessam e todos entendem de migração. Isto se deve por um lado à visibilidade e caráter imediato do problema e, por outro, à espantosa simplicidade das soluções mais aparentes.

Entretanto, ao ser aprofundada essa compreensão generalizada e as soluções propostas, observa-se que elas são geralmente muito superficiais e até contraditórias. A migração, por exemplo, costuma ser considerada como problemática, tanto em áreas de atração como em área de expulsão quando, em muitos casos, ela constitui solução para ambas.

A migração tem apenas uma importância derivada; ela não existe sozinha, não é determinante de nada por si só e não tem solução por si só. Por outro lado, os deslocamentos de população constituem o eixo, o ponto de intersecção, de muitos problemas econômicos e sociais. Que existe um problema migratório, ninguém duvida, mas em que consiste este problema e para quem, não está claro. O propósito deste trabalho é de traçar um panorama geral do fenômeno migratório no Brasil, particularmente no que diz respeito às tendências mais recentes. Com isto, espera-se contribuir para a colocação da problemática migratória no seu devido contexto.

Ao longo de sua história e até durante as primeiras décadas deste século, o Brasil era basicamente um país primário-exportador, com uma economia toda voltada para o exterior. As cidades nasceram no litoral como pontos de partida para a penetração do interior e permaneceram como entrepostos onde eram escoados minérios e produtos agrícolas para o exterior. As comunidades eram muito isoladas e ligadas apenas por transporte marítimo. Como resultado, o Brasil ostentava em 1940, uma rede urbana distorcida e concentrada no litoral e um interior vazio em termos de aglomerações humanas. Nesta época, o Brasil tinha 31.2% da sua população em áreas urbanas mas apenas 16% em cidades de mais de 20 mil habitantes.

Desde então, a aceleração do crescimento demográfico, junto com a dinamização do processo de industrialização, têm levado a uma concentração progressiva da população em áreas urbanas e em cidades cada vez maiores. Este processo, como se observa na Tabela 1, tem gerado taxas de crescimento urbano muito mais acelerado que em áreas rurais. Assim em cada década desde 1940, a população urbana tem crescido a um ritmo que é de 3 a 5 vezes mais rápido que o da população rural. Como resultado a proporção da população residente em áreas urbanas passou de 31.2% em 1940 para 67.6% em 1980.

Este fenômeno de urbanização tem sido particularmente significativo no período '70-80, quando as áreas rurais cresceram a menos de 1.0% ao ano. Como resultado, a população de todas as regiões em 1980 é predominantemente urbana. Pela primeira vez, temos um decréscimo absoluto da população rural, no Brasil e em 3 das 5 grandes regiões: Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Somente as regiões Norte e Nordeste tiveram um aumento absoluto da população rural entre '70-80.

Em termos de tendências populacionais, e especialmente dos padrões migratórios mais recentes, a Tabela 2 apresenta um resumo das principais ocorrências durante o período 1970-80.

Esses resultados, demonstram, em primeiro lugar, o forte poder de atração desempenhado pela Região Sudeste e, particularmente pelo Estado de São Paulo, sobre a população oriunda de outras áreas. Estima-se que esse Estado teria recebido uma migração líquida de mais de três e meio milhões de pessoas; isto equivale a quase quatro vezes o quantitativo recebido por toda a Região Norte e cinco vezes o quantitativo recebido pela Região Centro-Oeste durante a década.

A atração exercida pelas Regiões Norte e Centro-Oeste não deixa de ter sua importância, particularmente quando vista em termos relativos. A Região Norte foi receptora de um contin -

gente líquido total de mais de 900 mil pessoas, sendo que Pará e Rondônia receberam 440 e 340 mil migrantes líquidos, respectivamente, quantitativos que representam um incremento significativo na população total de cada Unidade Federativa. A Região Centro-Oeste, como um todo, continuou exercendo um forte poder de atração sobre migrantes nacionais mas, ao contrário dos períodos anteriores, o pólo principal durante 1970-80 não foi a fronteira agrícola senão o centro urbano-administrativo do DF, receptor de mais de 450 mil migrantes líquidos.

Quanto ao outro lado da moeda - os Estados de maior perda líquida - O Paraná apresenta a grande surpresa, pois teria sofrido, de acordo com nossas estimativas, um saldo migratório negativo de 1.570 mil pessoas. Isto faria com que o Estado do Paraná, que desde 1940 e até mesmo na década de '60, constituía uma área de atração por excelência, teve uma emigração líquida comparável ao Estado de Minas; este, como se sabe, além de ser tradicionalmente o maior fornecedor de mão-de-obra para o resto do país, tem uma base populacional quase duas vezes maior que o Paraná.

Esta conjuntura, embora a nível mais moderado, se verifica também no Estado de Goiás, que desde a década de '40 vinha se constituindo como uma das maiores áreas de atração do país, mas que, no período 1970-80, chegou a mostrar um balanço migratório negativo estimado em cerca de 80 mil pessoas. O caso do Rio Grande do Sul, que registrou um saldo negativo de 580 mil pessoas no intervalo, já era esperado, tendo em vista o histórico emigratório do Estado nas últimas décadas. Por outro lado, o Nordeste como um todo continua perdendo contingentes populacionais líquidos bastante significativos, sendo Maranhão o único Estado nordestino a apresentar um saldo positivo durante o período. O Nordeste como um todo teria perdido, segundo essas estimativas, um saldo de 2.2 milhões de migrantes.

O exame mais detalhado da dinâmica populacional das Áreas Metropolitanas entre 1970-80, na Tabela 3, confirma e enfatiza as conclusões anteriores com respeito à concentração progressiva da população nas regiões mais dinâmicas e já densamente povoadas. Observa-se, inicialmente, que mais de dois quintos do aumento populacional brasileiro da década concentrou-se nas nove AMs; estas, conjuntamente com o Distrito Federal, aumentaram a um ritmo anual de 3.89% ao ano e responsabilizaram-se por 43.9% do crescimento total no período. Entretanto, mais notável ainda é o fato de que 28.3% do crescimento total verificado na década localizou-se em apenas três AMs - São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte; a AM de São Paulo - que aumentou sua população total de 8.137 para 12.578 mil pessoas - respondeu sozinho por 17.2% do crescimento total. A população do município central dessa AM - o município de São Paulo - passou de 5.921 para 8.585 mil pessoas; desta forma, esse município sofreu um incremento maior do que o aumento populacional de toda a Região Norte ou de toda a Região Centro-Oeste!

Frente a este panorama de deslocamentos populacionais, como podemos definir o "problema migratório" no contexto deste Seminário? A intensidade dos fluxos em si mesma não constitui problema já que regiões dinâmicas e desenvolvidas têm taxas migratórias mais elevadas. Tampouco o ritmo de urbanização e a consequente demanda por serviços urbanos constitui problema já que, por precário que seja o fornecimento de serviços nessas condições, ele constitui um aumento na cobertura dos mesmos. Por outro lado, a própria intensidade dos fluxos para áreas urbanas tem ajudado a reduzir disparidades inter-regionais e contribuído significativamente, através do fornecimento de uma mão-de-obra barata e altamente móvel, para o processo de acumulação ou da expansão das taxas de crescimento econômico.

A definição do problema migratório se encontra, acima de tudo, nos seus fatores determinantes. Grande parte de contingente migrante é constituído dos estratos populacionais mais carentes que se deslocam no espaço em busca de uma difícil sobre

vivência. Quase todos os estudos efetuados na America Latina as_u sinalam a preponderância dos fatores emprego-renda na etiologia dos fluxos migrat6rios. Essa constataç3o objetiva coincide com a motivaç3o dos migrantes.

Por outro lado, 6 importante recordar o papel impor_u tante cumprido pela m3o-de-obra migrante na economia brasileira. Os migrantes, como se observa na Tabela 4, n3o devem ser confundi_u dos com marginais, pedintes ou vagabundos. Sua participaç3o na PEA das grandes cidades demonstra que a economia destas localida_u des seria invi3avel sem a participaç3o dos migrantes. Por outro la_u do, esses dados demonstram que - pelo menos entre homens, a parti_u cipaç3o dos migrantes na PEA 6 t3o elevada quanto sua participa_u ç3o na pobreza urbana. (Na PEA feminina, a situaç3o 6 diversa em funç3o da pr6pria estrutura do mercado de trabalho urbano, que con_u centra a grande maioria das migrantes nos serviç3os dom6sticos).

Outro aspecto a destacar nesse panorama 6 o grande n6mero de migrantes que se v6em obrigados a efetuar repetidos des_u locamentos para tentar garantir sua sobreviv6ncia. Parece haver um sub-estrato de pessoas que migram repetidamente - n3o por tra_u ços culturais de nomadismo e nem por anseios turisticos, mas como um imperativo da sua sobreviv6ncia. N3o tendo condiç3es de se_u manter num s6 mercado de trabalho por muito tempo, esses elemen_u tos passam alguns anos, por exemplo, numa cidade grande trabalhan_u do na construç3o civil, depois passam a trabalhar como boia-fria na agricultura, para em seguida trabalhar numa barragem, etc. A proporç3o de tais pessoas no total de migrantes, conforme sugeri_u ria a Tabela 5, n3o 6 pequeno e em termos das suas necessidades, representa um setor importante a ser considerado por quem estiver formulando pol6ticas ou implementando programas dirigidos 3 popu_u laç3o migrante.

Em suma, esse tipo de abordagem que situa o fato "migração" dentro do contexto de seus determinantes objetivos e que demonstra a funcionalidade da migração para o processo de acumulação de capital, retira a problemática da visão celular, segmentada e casuística para poder analisá-la como processo social, influenciado por determinantes estruturais. Os baixos ingressos reais da população, resultado da inexistência de empregos satisfatórios em número suficientes para propiciar condições de vida dignas para a população, impulsionam a migração; por sua vez, a estrutura de emprego e renda se fundamenta numa determinada forma de organização da produção.

O que significam essas colocações para o objetivo deste Seminário? Em essência, significa que não se deve cogitar em soluções que venham impedir o livre trânsito de fluxos migratórios, pois assim estaria se negando as aspirações dos migrantes que se deslocam no Território em busca de melhores empregos e melhores condições de vida, como também estaria se opondo ao dinamismo do fator migratório para a economia nacional.

Em segundo lugar, esta discussão sugere que ações específicas voltadas para a população migrante, em termos do controle de doenças, poderiam ser centradas inicialmente naquela população que chamamos aqui de migrantes repetidos, i.e. - aquela minoria que se desloca seguidamente no espaço em busca de oportunidades econômicas.

Finalmente, em termos práticos, tal população poderia ser atingida, em grande parte numa ação conjunta com o SAMI, (Serviço de Assistência a Populações Migrante) do MINTER, que dispõe de uma rede de postos que já cobre todo o território nacional. Repetindo, porém, o essencial parece ser o imperativo de não se opôr à dinâmica do movimento populacional, procurando apenas corrigir suas conseqüências mais negativas, pois esta movimentação toda é reflexo de uma busca difícil de sobrevivência. As únicas barreiras que devem ser levantadas contra a migração devem ser do

tipo que cria melhores oportunidades de emprego e renda e melhores condições de vida permitindo assim ao migrante-em-potencial a escolha entre ir ou ficar.

TABELA 1
 EVOLUÇÃO DO CRESCIMENTO URBANO NO BRASIL,
 1940-1980.

ANO	Proporção da População Urbana	Taxas de Crescimento da População Urbana	Taxas de Crescimento da População Rural	Taxas de Crescimento População Total
1940	31.2%	5.3%	1.7%	2.9
1950	36.2	6.4	2.1	3.2
1960	45.1	6.0	1.3	3.1
1970	56.0	4.5	0.6	2.5
1980	67.6			

FONTE: FIBGE - Censos Demográficos

TABELA 2 - ASPECTOS DA DINÂMICA POPULACIONAL BRASILEIRA, 1970-80

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
REGIÃO e ESTADO	População Residente 1970	População Residente 1980	Diferença Absoluta 1970-80	População Residente 1970 (%)	População Residente 1980 (%)	% do aumento total 1970-80	Taxa de Crescimento Anual 1970-80	Migração Líquida 1970-80
NORTE	3.602.171	5.866.673	2.264.502	3.86	4.93	8.77	5.00	915.120
Rondônia	113.659	492.744	379.085	0.12	0.41	1.46	15.80	336.508
Acre	216.200	301.628	85.428	0.23	0.25	0.33	3.39	4.439
Amazonas	955.394	1.406.354	450.960	1.02	1.18	1.75	7.94	93.067
Roraima	40.915	79.078	38.163	0.04	0.07	0.15	6.81	22.836
Pará	2.161.316	3.411.235	1.249.919	2.32	2.87	4.84	4.67	440.285
Amapá	114.667	175.634	60.947	0.12	0.15	0.23	4.35	17.985
NORDESTE	28.150.078	34.855.745	6.705.667	30.20	29.28	25.98	2.16	- 2.218.645
Maranhão	2.997.576	4.002.679	1.005.103	3.22	3.36	3.89	2.93	100.393
Piauí	1.680.964	2.140.064	459.100	1.80	1.80	1.78	2.44	- 48.238
Ceará	4.366.970	5.293.725	926.755	4.68	4.45	3.59	1.94	- 424.576
RGN	1.552.158	1.899.725	347.567	1.67	1.60	1.35	2.04	- 132.738
Paraíba	2.384.615	2.772.571	387.956	2.56	2.33	1.50	1.52	- 349.948
Pernambuco	5.165.554	6.145.124	978.570	5.54	5.16	3.79	1.75	- 620.187
Alagoas	1.589.605	1.987.673	398.068	1.71	1.67	1.54	2.26	- 93.825
FN	1.239	1.266	27	-	-	0.0	0.22	- 393
Sergipe	901.618	1.142.368	240.750	0.97	0.96	0.93	2.39	- 64.955
Bahia	7.508.779	9.470.550	1.961.771	3.06	7.96	7.60	2.35	- 584.178
SUDESTE	39.872.625	51.727.924	11.855.299	42.77	43.46	45.93	2.64	2.546.164
Minas Gerais	11.497.574	13.382.904	1.885.330	12.33	11.24	7.30	1.53	- 1.643.229
Esp. Sto.	1.600.305	2.023.752	423.447	1.72	1.70	1.64	2.38	- 67.680
RJ	8.998.857	11.297.962	2.299.105	9.65	9.49	8.91	2.30	717.334
São Paulo	17.775.889	25.023.306	7.247.417	19.07	21.02	28.08	3.48	3.539.739
SUL	16.510.485	19.022.590	2.512.105	17.71	15.98	9.73	1.43	- 1.978.685
Paraná	6.936.743	7.617.292	680.549	7.44	6.40	2.64	0.94	- 1.572.662
Sta. Catarina	2.903.360	3.628.761	725.379	3.11	3.05	2.81	2.26	46.827
RGS	6.670.382	7.776.537	1.106.155	7.16	6.53	4.29	1.55	- 452.850
CENTRO-OESTE	5.079.952	7.551.668	2.471.716	5.45	6.34	9.58	4.04	736.046
MTS	999.452	1.368.803	369.351	1.07	1.15	1.43	3.19	27.868
MT	601.042	1.141.236	540.194	0.64	0.96	2.09	6.62	334.836
Goiás	2.941.107	3.864.881	923.774	3.16	3.25	3.58	2.77	- 81.116
DF	538.351	1.176.748	638.397	0.58	0.99	2.47	8.13	454.458
BRASIL	93.215.311	119.024.600	25.809.289	100.00%	100.00%	100.00%	2.47	+ 6.136.575

FONTE: Resultados Preliminares do Censo 1980 - FIBGE.

apud - George Martine - "Notas sobre os Resultados Preliminares do Censo Demográfico de 1980". Projeto de Planejamento e Política Social - OIT/CNRH/SEPLAN.

TABELA 3 - DINÂMICA POPULACIONAL DAS ÁREAS METROPOLITANAS
BRASILEIRAS, 1970-80

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
ÁREAS METROPOLITANAS	População 1970	População 1980	Aumento Absoluto	% sobre o Aumento do País	Taxa de Crescimento Anual	Migração Líquida	Crescimento Vegetativo
Belém	656.351	1.000.357	344.006	1.33	4.30	+ 100.128	243.878
Fortaleza	1.038.041	1.581.457	543.416	2.11	4.30	+ 225.200	318.216
Recife	1.792.688	2.346.196	553.508	2.14	2.73	+ 3.952	549.556
Salvador	1.148.828	1.766.075	617.247	2.39	4.39	+ 231.117	386.130
Belo Horizonte	1.605.663	2.534.576	928.913	3.60	4.67	+ 440.772	488.141
Rio de Janeiro	7.082.404	9.018.961	1.936.557	7.50	2.47	+ 710.026	1.226.531
São Paulo	8.137.401	12.578.045	4.440.644	17.21	4.45	+ 2.765.072	1.675.572
Curitiba	820.766	1.441.743	620.977	2.41	5.80	+ 386.849	234.128
Porto Alegre	1.531.164	2.232.370	701.202	2.72	3.84	+ 399.390	301.812
D.F.	538.351	1.176.748	638.397	2.47	8.13	+ 454.458	183.939
TOTAL	24.351.657	35.676.528	11.324.867	43.88%	3.89	+ 5.716.964	5.607.903
BRASIL	93.215.311	119.024.600	25.809.289	100.00%	2.47	-	25.809.289

FONTE: Resultados Preliminares do Censo 1980 - FIBGE.
apud- George Martine - "Notas sobre os resultados Preliminares do Censo Demográfico de 1980".
Projeto de Planejamento e Política Social - BRA/81/001 OIT/CNRH/SEPLAN.

TABELA 4
DISTRIBUIÇÃO DA POBREZA URBANA POR STATUS
MIGRATÓRIO, SEGUNDO SEXO (IDADES PADRONIZADAS):
REGIÕES METROPOLITANAS - 1970

Sexo e Regiões Metropolitanas	Migrantes por Tempo de Residência					Total Não - Migrantes
	0-2	3-5	6-10	11 e +	Total	
A) Homens						
São Paulo	36,7	33,2	31,3	26,9	30,0	25,9
Rio de Janeiro	40,9	39,7	37,3	33,1	35,6	30,9
Belo Horizonte	48,3	48,9	45,1	40,3	43,5	40,2
Porto Alegre	42,1	39,4	38,5	37,6	38,2	35,7
Curitiba	36,7	35,8	33,4	31,3	32,8	26,1
Recife	41,7	46,7	45,5	43,2	43,9	43,9
Salvador	48,4	48,5	46,7	45,9	47,8	45,1
Fortaleza	51,2	53,4	50,5	50,4	50,2	41,6
Belém	48,8	49,3	48,8	45,0	47,3	48,6
B) Mulheres						
São Paulo	67,6	63,2	57,6	49,5	56,4	42,3
Rio de Janeiro	76,7	74,9	70,1	62,7	68,3	50,6
Belo Horizonte	78,1	78,0	73,9	69,6	73,5	68,2
Porto Alegre	74,5	71,2	67,6	64,0	68,0	61,9
Curitiba	72,6	69,0	62,4	59,6	65,0	55,5
Recife	79,6	78,0	72,6	72,7	76,3	71,1
Salvador	79,0	78,9	76,6	72,0	76,2	69,7
Fortaleza	83,9	81,6	77,3	74,1	78,6	76,8
Belém	79,0	81,5	78,5	78,0	79,3	73,0

FONTES: FIBGE, Tabulações Especiais, e MINTER, Programa de Migrações. George Martine e José Carlos Peliano - Migrantes nos Mercados de Trabalho Metropolitanos, Série Estudos para o Planejamento, nº 19, IPEA/INPES, 1979.

TABELA 5

Nº de Locais de Residência Anterior por Sexo, Segundo Idade.
População SIMI, 1978-79.

Idade e Nº de locais de Residência anterior.	Homens	Mulheres	Total
15-24			
1 Local	24.1	24.1	24.1
2 - 3	56.8	58.7	57.4
4 - 5	14.0	13.5	13.8
6 ou +	4.3	2.9	3.9
N.I	0.8	0.9	0.8
Total (N=100%)	12.522	5.410	17.932
25-39			
1 Local	12.2	13.7	12.6
2 - 3	54.1	59.2	55.6
4 - 5	22.9	20.3	22.2
6 ou +	9.5	5.9	8.5
N.I	1.2	1.0	1.1
Total (N=100%)	11.795	4.855	16.650
40 e +			
1 Local	7.5	10.4	8.3
2 - 3	50.4	52.6	51.1
4 - 5	30.2	28.2	29.6
6 ou +	10.6	8.1	9.9
N.I	1.3	0.8	1.2
Total (N=100%)	5.391	2.141	7.532
Total			
1 Local	16.4	17.7	16.8
2 - 3	54.6	57.8	55.6
4 - 5	20.5	18.7	19.9
6 ou +	7.5	4.9	6.8
N.I	1.0	0.9	1.0
Total (N=100%)	29.708	12.406	42.114

Fonte: George Martine - "A Migração Repetida e a Busca de Sobre
vivência: Alguns Padrões Brasileiros." Relatório Técnico
nº 52, Projeto de Planejamento e Política Social, Brasília,
1980.